

Da comunicação à linguagem: o discurso como laço social

Rosana de Lima Soares

Resumo

O artigo retoma os estudos da comunicação midiática em relação às tradições apresentadas em suas teorias numa dimensão na qual seu esquema clássico (emissor-mensagem-receptor) apresenta-se como privilegiado. A partir dessa retomada, estabelece a crítica a esse esquema e o deslocamento proposto a partir das ciências da linguagem. Tal proposta tem origem em uma inquietação: por que a área da comunicação, um campo de pesquisa instigante e abrangente, muitas vezes se fecha em discussões estéreis ou monótonas em busca de uma suposta “cientificidade” (entre aspas porque baseada em certo modelo de ciência), perdendo, com isso, aspectos peculiares e desafiadores próprios do dinamismo de seu campo de reflexão? O conceito de discurso é tomado aqui em abordagem lacaniana, como laço social.

Palavras-chave:

Comunicação, Linguagem, Discurso, Laço social, Psicanálise

Abstract

The present paper refers back to media communication studies in relation to traditions presented in their theories in which its classical scheme (emitter-message-receiver) presents itself as a privileged one. Also, it establishes a critic to the scheme and it moves towards a proposal made by the language sciences. Such proposal has its origins in the uneasiness provoked by questioning: why does the communication field, such a stimulating and wide research field, so often gets closed in sterile or monotonous discussions in search of a supposed ‘scientificity’ (between brackets because based on a certain model of science) and losing sight of so many peculiar and challenging aspects that belong to the dynamism of its reflection field? Discourse concept is taken here in a lacanian sense, as a social bond.

Key words:

Communication, Language, Discourse, Social bond

Por que o campo da comunicação, instigante e abrangente, muitas vezes se fecha em discussões em busca de uma suposta “cientificidade” (entre aspas porque baseada em certo modelo de ciência), perdendo, com isso, aspectos peculiares e desafiadores próprios do dinamismo de seu campo de reflexão?¹ Essa inquietação remete a uma outra: a constatação de que, salvo poucas exceções, as reflexões sobre a comunicação têm se revestido de certo tom totalizante e aparentemente unívoco, como se a elas fosse possível (ou ao menos desejável) *tudo dizer*, almejando cobrir este imenso campo sem deixar nenhum resto, nenhuma brecha. Essa aparente *vontade de completude*² é algo que nos chama a atenção, desde muito tempo, na comunicação, mas também em relação a outras áreas do conhecimento, como a filosofia e a ciência. É desse estranhamento que passamos a indagar se não seria possível olhar as margens dessa (suposta) totalidade, as franjas penduradas ao redor, aquilo que sobra como resto não contemplado, faltante e, ao mesmo tempo, delinear outras possíveis margens nas quais inscrever a comunicação – o discurso e as mídias. Assim, a margem seria ao mesmo tempo o que delinea o vazio (o que faz borda) e aquilo que sobra ao redor (como resto, resíduo).

Tradicionalmente, os estudos da comunicação têm se colocado na linha das pesquisas norte-americanas, na qual se sobressaem os estudos quantitativos e positivistas, ou das pesquisas européias, principalmente na linha da teoria crítica da Escola de Frankfurt, da análise de discurso francesa, dos estudos culturais ingleses, e de pesquisas latino-americanas³.

Se tomadas a partir de princípios gerais, o que essas linhas teóricas têm em comum

– incluindo muitas das teorias contemporâneas colocadas sob a rubrica do chamado pós-modernismo⁴ – é o fato de estarem baseadas na representação clássica do esquema da comunicação: emissor-mensagem-receptor. Embora muitas das teorias organizadas a partir do reconhecimento de uma “condição pós-moderna” (Lyotard, 1989) proponham rupturas radicais em relação às concepções anteriores, não apenas quanto à comunicação, mas também à cultura e às formas de interação social, acreditamos que em sua base ainda predomina, como fundamento, o esquema clássico da comunicação em sua linearidade operacional, como se a radicalidade crítica dessas teorias carregasse em si um desejo de resgatar uma “ilusão perdida” (para lembrarmos o título do romance de Honoré de Balzac). Os termos e conceitos modificam a discussão realizada sem, contudo, romper com os pressupostos fundantes desta discussão, oscilando em diferentes gradações entre os chamados três pólos da comunicação.

Tomando, portanto, tal esquema como invariante, as oscilações se verificam na atribuição de maior ou menor poder a um dos pólos, mas se considerarmos as teorias clássicas da comunicação sua visão básica quanto ao processo comunicacional permanece a mesma. Esse esquema tem como pressuposto a representação do que considera como sendo o “real” (enquanto “realidade”), compreendendo mundo e linguagem como distintos, a linguagem sendo a representação que simboliza o mundo. A teoria da representação considera mundo e linguagem como duas ordens separadas e independentes, em que a *linguagem representaria e simbolizaria o mundo existente fora dela para alguém*. Nesse sentido, o *quem fala* é considerado invariante, emissor

¹ *As idéias apresentadas neste artigo encontram-se desenvolvidas de forma mais extensiva na tese de doutorado Margens da comunicação: discurso e mídias, defendida na ECA-USP em 2002.*

² *O que estamos denominando “vontade de completude” poderia ser dito, em outros termos, como “vontade de comunicabilidade máxima” (para usarmos a expressão de Lacan em seu Seminário 10 [1962-1963], sobre A angústia, no qual aponta para o fato de que na angústia não se trata da ausência de um objeto – para o sujeito – mas da impossibilidade de poder precisar de qual objeto se trata). Destacamos apenas que tal vontade aponta para a função da falta, radical e fundamental para a psicanálise.*

³ *Em relação às teorias da recepção, remetemos aos trabalhos: Dos meios às mediações, de Jesús Martín-Barbero (Rio de Janeiro: UFRJ, 1997); Culturas híbridas, de Néstor García Canclini (México: Grijalbo, 1990); “Hablan los televidentes. Estudios de recepción en varios países”, organizado por Guillermo Orozco (Cuadernos del ProICom 4, México: Universidad Iberoamericana, 1992); Vivendo com a telenovela: , organizado por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Silvia Helena Simões Borelli e Vera da Rocha Resende (São Paulo: Summus, 2002), entre outros.*

⁴ *Ver, especialmente, os trabalhos Condição pós-moderna, de David Harvey (São Paulo: Loyola, 1994);*

Pós-modernismo, de Fredric Jameson (São Paulo: Ática, 1996); Cultura pós-moderna, de Steven Connor (São Paulo: Loyola, 1993); As ilusões do pós-modernismo, de Terry Eagleton (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998); Crítica da modernidade, de Alain Touraine (Petrópolis: Vozes, 1994); O fim da modernidade, de Gianni Vattimo (São Paulo: Martins Fontes, 1996); A era do vazio, de Gilles Lipovetsky (Lisboa: Relógio d'água, 1989), para mencionar apenas alguns.

e receptor sendo tomados, um e outro, como uma estrutura fechada. Concebido como uma representação, o esquema da comunicação opera como máscara, disfarce: “Sua propriedade essencial consiste, de fato, em aplicar a uma relação de conjunção impossível o princípio da simetria e do indiscernível” (Milner, 1978: 102, tradução própria).

Nesse processo, embora a não-conjunção inerente aos atos de comunicação permaneça, ela se manifesta de forma camuflada, recoberta pela ilusão de igualdade e simetria dos termos: “Da não-conjunção, recobre-se a hiância entre os termos, convertendo magicamente os efeitos desta em suas marcas contrárias: a topologia da não-conjunção se torna o espaço da comunicação, a heterogeneidade dos falantes é tomada como homogeneidade dos parceiros da troca, os fragmentos de falas se tornam mensagem” (Milner, 1978: 102, em tradução própria).

Um percurso sumário pelas contribuições teóricas que examinam as questões que envolvem a comunicação buscando constituí-la em campo leva a crer que problemas relativos ao poder e à dominação estão na base de todas essas articulações: o controle dos meios de comunicação, a linguagem da comunicação, a codificação das mensagens. Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um instrumento utilitário, “arma inteiramente manipulável, passível de desempenhar um trabalho determinado, conduzindo a um determinado e previsível fim” (Freitas, 1992: 13).

Duas grandes correntes teóricas parecem dominar a cena das reflexões sobre comunicação sob um enfoque propiciado, principalmente, pelas ciências sociais. Nesse momento, serão denominadas genericamente de *Escola Norte-americana* e *Escola Européia*, a primeira buscando conhecer a dinâmica e

a natureza do processo de comunicação e a segunda concebendo a comunicação como um sistema social produtor de bens culturais e gerador de certos efeitos. De modo igualmente sumariado passamos pelas principais características de cada uma.

A corrente norte-americana está baseada fundamentalmente na concepção da sociedade como um todo orgânico, estabelecendo uma equivalência entre a sociedade e os organismos biológicos vivos. As pesquisas desenvolvidas a partir dessa corrente teórica poderiam ser sinteticamente divididas entre a *análise do controle* implicado nos processos de comunicação (fatores que geram, organizam e guiam os atos de comunicação a partir das intenções do emissor), a *análise dos meios* (sua relação com os públicos) e a *análise dos efeitos* (impacto da comunicação sobre os públicos). O que há de comum em todas essas linhas de pesquisa é a valorização do pólo do emissor, o que impõe a organização das mensagens de forma eficiente a fim de produzir efeitos quantitativamente mensuráveis no receptor.

Tal lógica introduz na comunicação o conceito de código enquanto um sistema de classificação de estruturas mínimas invariáveis, algo que pode ser transmitido e mensurado. Pensada a partir do conceito de código, a comunicação passa a contar com uma outra possibilidade de análise: o exame do conteúdo das mensagens, linha de pesquisa preocupada fundamentalmente com as relações entre intenção e conteúdo, conteúdo e efeito, ou com o campo comum das mensagens, não tratando da linguagem na qual esses conteúdos são organizados enquanto fator determinante e constitutivo destes elementos.

Inicialmente, portanto, as teorias da comunicação privilegiaram o pólo do emissor

(o receptor sendo considerado passivo) e, marcadas por uma postura behaviorista, trabalharam com o pressuposto de um determinismo inexorável entre um estímulo e uma resposta, a causa e seu efeito, imaginando ser possível calcular as ações e as reações humanas. A comunicação se colocava como processo linear e previsível, visando atingir fins calculados: a persuasão era seu principal objetivo. Mais do que isso, nessa perspectiva a linguagem era vista apenas como um instrumento para atingir determinados fins⁵.

A herança dessa linearidade pode ser atribuída à teoria da informação de Warren Weaver e Claude E. Shannon, e à própria origem do conceito de informação, advinda da cibernética. Como observa Sfez, tais concepções da comunicação desconsideraram a própria advertência desses supostos precursores, que afirmaram claramente que sua teoria não era pertinente ao processo de comunicação humana, pois estava interessada fundamentalmente “na transmissão e aquisição de sinais eletrônicos” (Sfez, 1994: 81).

De acordo com Sfez, os herdeiros de Ivan Pavlov (entre eles, Gordon Allport, Clark Hull, Hans Eysenck) parecem ter negligenciado as dificuldades inerentes à transmissão e aquisição de informações no processo da comunicação humana (pois reconhecê-las levaria a uma contradição em sua visão da comunicação como um processo eficaz), atribuindo “todo poder ao emissor”, concebido como sendo capaz de dominar e induzir os receptores de acordo com seus ditames.

Mesmo a noção de *feedback*, vinda da cibernética, faz parte deste modelo, e nele ainda pode ser percebida a preponderância do emissor – o que se busca é apenas diminuir os ruídos que poderiam perturbá-lo em seu intuito de controlar o receptor (explicando os

eventuais fracassos no processo de estímulo e resposta) e as surpresas que poderiam surgir no processo comunicacional. Fica claro no modelo o papel de vigilância e controle dos meios de comunicação sobre aqueles que sofreriam seus efeitos:

É de fato o “representar” que é convocado para sustentar esse modelo. Separação do representante e do representado em emissor e receptor, separação entre os sujeitos emissor e receptor e o objeto mensagem, realidade dos dois sujeitos e realidade objetiva da mensagem: o todo é formalizável matematicamente, aí incluída a circularidade cibernética, enquanto o ruído é visto como exterior, dificultando a recepção (Sfez, 1994: 82).

A comunicação, nessa perspectiva, não é questionada em seus fundamentos; o que a perturba são os ruídos externos, intermediários entre emissores e receptores, que devem ser eliminados para assegurar novamente a soberania do processo. Uma nova concepção de intermediação é então desenvolvida: já que não há comunicação direta, que pelo menos os intermediários passem a agir a favor do emissor. Sfez observa acertadamente que nessas concepções o emissor perde algo de seu poder, atribuindo-o a outros, mas não todo o poder.

Seja como ruídos provocados por filtros internalizados (lado do receptor), seja como formadores de opinião ou editores das informações (lado do emissor)⁶, essas concepções tradicionais não consideraram que, talvez, a comunicação não seja um processo linear e eficiente por natureza ou, quem sabe, nem seja inerente a ela comunicar. Como aponta Sfez, “nesses modelos, as coisas permanecem distintas: estímulos, efeitos – mesmo se há

⁵Ver estudos clássicos de Harold Lasswell e David K. Berlo

⁶Ver Bruce H. Westley e Malcolm S. MacLean, buscando estabelecer um campo comum entre eles, ou a figura do “líder de opinião” proposta por Elihu Katz e Paul Lazarsfeld.

às vezes interação entre eles, quando as análises se tornam mais sutis. Mas a mensagem é real, objetiva; os atores continuam separados. A representação é ainda soberana” (Sfez, 1994: 83). Até mesmo pesquisas iniciais sobre o receptor apenas deslocam o foco da relação de poder implicado nos processos comunicativos: em lugar de um emissor todo-poderoso e manipulador, surge um receptor crítico e influente, capaz de interferir no destino das mensagens, mas mensagens que ainda vistas como objetos neutros inseridos num trabalho de decodificação e interpretação⁷.

No trânsito para um receptor crítico, e não simplesmente passivo, é que podemos passar ao que estamos denominando corrente européia, desenvolvida entre os anos 1960 e 1980, mais particularmente na vertente da teoria crítica. Na teoria crítica – fundamentada também nas ciências sociais, mas a partir de outra teoria sociológica – a sociedade é concebida como dividida em classes distintas e antagônicas, divisão esta determinada pela relação contraditória entre capital e trabalho. A contradição nas relações na base dessa sociedade define a produção de bens nela efetivada, incluindo-se aí os bens culturais, ou seja, a própria comunicação, entendida enquanto “comunicação de massas”. A racionalização das técnicas de produção e distribuição, a padronização dos produtos culturais e a conseqüente massificação do consumidor estariam na base do que passou a ser chamado de “indústria da cultura”, inserindo o mercado de bens culturais no sistema de produção industrial. Nesse sistema, o monopólio dos meios de produção originaria a possibilidade de manipulação e de controle por parte dos produtores dos bens culturais, concebendo os homens – assim como na corrente americana – como impossibilitados de

decidirem autônoma e conscientemente sobre si próprios.

A partir dessa corrente, outra possibilidade se coloca: aquela da análise estrutural das mensagens, que busca examinar a especificidade da mensagem enquanto produto (e, portanto, sujeita à complexidade do processo de produção mais do que ao emissor ou ao receptor tomados como isolados no esquema clássico da comunicação), mas ainda assim concebendo a linguagem como instrumento que pode ser utilizado a serviço de determinado fim, no caso, uma reação à dominação opressora do mercado e da indústria cultural que submete os indivíduos em uma determinada sociedade.

Mesmo com as referências às mensagens produzidas pela indústria cultural, tanto na teoria crítica como nas demais concepções clássicas da comunicação uma ausência se faz notar: raramente as atenções dos pesquisadores se voltam para o pólo do código, ou da técnica. A *mensagem*, suas formas de articulação e produção, não parece merecer estudos mais específicos nesse universo de oscilação de poderes entre emissores e receptores. Dessa forma, a linguagem – referência a partir da qual gostaríamos de romper com perspectivas epistemológicas lineares ou dualistas nas reflexões sobre comunicação – parece-nos ter sido recorrentemente negligenciada pela comunicação ou, quando tratada, tomada de forma instrumental.

Podemos dizer que estes foram os fundamentos clássicos da comunicação. Mas o que dizer das reflexões contemporâneas? Atualmente, ouvimos ecos das concepções acima apresentadas em inúmeros autores; entretanto, muitas outras já se desenvolveram e, recentemente, com as chamadas teorias pós-modernas, as atenções estão voltadas

⁷ Ver pesquisas de George Gerbner, Lee Thayer, Dean Barnlund e René-Jean Ravault; também de Robert Craig, e ainda de H. Kelman e R. Ghiglione, esses últimos trabalhando com modelos “psicologizantes” da comunicação, baseados nas escolhas dos indivíduos a partir de elementos psicolingüísticos internalizados.

novamente, e a seu modo, para a questão da técnica e de seus efeitos. Pode-se identificar aí ao menos duas tendências, ambas questionando os pressupostos básicos das reflexões anteriormente estabelecidas no que diz respeito à linearidade da comunicação. Esta passa a ser descrita enquanto um processo circular produtor de redundâncias e ressonâncias em que nem emissor, nem mensagem, nem receptor são dotados de poder autônomo.

Nessas teorias, os meios tecnológicos seriam os promotores dessa condição de circularidade da comunicação, e o que apontamos como duas tendências pode ser, simplificada-mente, assim definido: por um lado, tem-se aqueles que atribuem aos meios tecnológicos colocados em rede a desintegração e o desconsolo atuais, conferindo-lhes novamente um lugar de poder a partir de uma nova hegemonia (relacionada comumente à chamada globalização); por outro, tem-se os que vêem nos meios tecnológicos uma nova forma de conformação social, formando as denominadas comunidades imaginárias, contribuindo, assim, para a transformação das relações humanas. Parodiando a já tradicional terminologia de Umberto Eco (1964), podemos nos referir às teorias pós-modernas da comunicação como apocalípticas ou integradas, oscilando entre o desencanto e a euforia, alguns se colocando de forma mais moderada entre essas posições extremas⁸.

Sabemos que as reflexões sobre a comunicação, por se relacionarem a um espaço de atuação eminentemente prático, não se podem furtar ao exame dos meios tecnológicos relacionados aos atos comunicativos. A técnica e, sobretudo, a tecnologia parecem, assim, direcionar as atuais discussões sobre a comunicação. Embora as chamadas teorias pós-modernas rompam com a visão linear e esquemá-

tica da comunicação em sua feição clássica, o temor de que a tecnologia passe a dominar o homem, ou de que, ao contrário, o liberte, coloca a comunicação sob dois prismas que nos parecem estar condicionados pela mesma visão dualista do esquema emissor-receptor: a comunicação seria concebida como produtora de problemas ou como solucionadora deles.

Desde as origens dos modelos constituintes da comunicação (de massa, dos meios, da recepção, das tecnologias) como fundamento da ligação (dominação, persuasão, manipulação, imposição) até suas versões mais contemporâneas, parece subsistir um ideal de completude (ou de “máxima comunicação”, para retomarmos uma expressão utilizada por Jacques Lacan), a possibilidade de *tudo-dizer* – negligenciando a impossibilidade que aí se coloca, intrínseca à própria constituição do humano. Assim, a comunicação tem sido concebida – ilusoriamente –, como possibilidade de preencher a falta, contornar o vazio – espaço de troca, união e totalidade –, deixando escapar, nessa tentativa, sua impotência em fazê-lo, sem ousar assumir a própria falta como estrutura fundante das relações humanas. Por outro lado, é esse “desejo de comunicação” que a sustenta:

A promessa de completude de que se reveste o intercâmbio entre as pessoas é o que sustenta a comunicação, uma ilusão, portanto, que se faz necessária para essa perseguição eterna de algo que escapa (Gomes, 2001: 182).

Como dito anteriormente, na relação linear entre emissor-mensagem-receptor está assegurada, de certa forma, a estabilidade e a previsibilidade das ações humanas – tomadas como ações de comunicação – e nos exime de considerar o caráter instituinte da

⁸ *Entre eles, destacamos os trabalhos de Pierre Lévy, especialmente As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática (Rio de Janeiro: 34, 1993); O que é o virtual (São Paulo: 34, 1996); A inteligência coletiva (São Paulo: Loyola, 1998); Cibercultura (São Paulo: 34, 1999). Além dele, pesquisadores vinculados ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) têm desenvolvido importantes pesquisas nessa área (ver, por exemplo, os trabalhos de Sherry Turkle, Nicholas Negroponte e Janet H. Murray).*

linguagem, negligenciando a distância que se instala entre o significante e o significado, o signo e o objeto que supostamente apresenta. Os modelos agora propostos se diferenciam, mas essa estrutura se repete, pois assinala a própria repetição de um desejo de estabilidade e regramento. O desejo que se coloca à comunicação brota de uma falta, mas pretende efetuar o preenchimento dessa falta de forma total, sublinhando o sonho almejado da possibilidade do entendimento, do convívio pleno, da comunhão entre todos. Essa função de costura e ligação é atribuída à linguagem, que possuiria, assim,

a tarefa de cobrir a brecha que ela própria assinala. Sonhamos com uma univocidade, de forma a possibilitar entendimento e igualdade entre os homens, como se a resolução dos conflitos sociais, na diferença e desigualdade, estivesse ao nosso alcance por meio de um 'diálogo verdadeiro' (Gomes, 2001: 188).

Prevalece, portanto, nas reflexões sobre comunicação apontadas, uma certa precariedade na organização teórica de suas proposições. Ao desconsiderar a ambigüidade da fala e a constante flutuação de sentido nos atos de comunicação – questões relativas à linguagem que apontam para seu caráter conflituoso enquanto sistema para além dos chamados ruídos de seu processo –, tais concepções preservam a tríade emissor-mensagem-receptor, mesmo quando tentam romper com sua suposta linearidade, justamente por manterem-se muito próximas da relação causa-efeito implicada na suposta *transmissão* e *decodificação* de mensagens. Ocorre nelas apenas uma permuta do lugar ocupado pelo poder, sem romper, contudo, com os pressupostos sustentadores dessa tríade.

Num primeiro momento, a linguagem passa a ser estudada a partir de uma função que poderia desempenhar no ato de comunicação para atingir determinado fim, não se desvinculando totalmente de seu caráter instrumental

Após uma exposição sintética e, portanto, preliminar, de alguns aspectos das correntes teóricas fundantes da comunicação, herdeiras que são de uma determinada tradição das ciências sociais, abre-se uma possibilidade de passagem para o que estamos chamando *ciências da linguagem*. Num primeiro momento, a linguagem – anteriormente concebida como *meio* – passa a ser estudada a partir de uma *função* que poderia desempenhar no ato de comunicação para atingir determinado fim, não se desvinculando totalmente de seu caráter instrumental.

Colocamos nesse eixo as correntes teóricas fundadas nas teorias lingüísticas sob a égide, primeiramente, da função de representação da linguagem e, depois, da função de significação da linguagem, proposições organizadoras do campo da análise estrutural. Saindo do pólo do emissor e do receptor, as mensagens passam a ser o pólo articulador da comunicação e o objeto de estudo de suas teorias. A importância de estudar o ato de comunicação dá lugar ao estudo da natureza daquilo que é comunicado, estabelecendo o primado do pensamento sobre o ser. A língua, nessa concepção, representaria e comunicaria o pensamento.

Os gramáticos gerais, em cuja descendência podemos situar Noam Chomsky (1980), derivam daí suas linhas de pesquisa, concebendo a linguagem humana como inata e a própria gramática como algo isento de qualquer questionamento, esquecendo seu caráter também social e, portanto, sujeito a mudanças históricas. Ainda na perspectiva da gramática geral um outro conjunto de teorias passa a ser organizado: o campo da lingüística histórica. Nessas teorias, apesar da língua ser ainda concebida enquanto representação do pensamento, há a consideração

de seu aspecto de transformação, por um lado, e da palavra como representação miniaturizada da atividade intelectual, por outro.

Ainda que não contemplemos, nesse instante, outras reflexões sobre a linguagem, não podemos deixar de mencionar teóricos importantes como Oswald Ducrot (1980), em sua distinção entre “texto” e “discurso”, o primeiro sendo considerado como algo abstrato e o segundo como algo concreto, realizado; Michel Pêcheux (1975), ao estabelecer que as formações discursivas são componentes de formações ideológicas; Roman Jakobson (1965), partindo da concepção de que a existência de um “código” comum fundamenta a comunicação e torna possível a troca das “mensagens”; Mikhail Bakhtin (1995), atribuindo ao signo uma realidade dialética e dialógica em relação aos diversos discursos sociais; Louis Hjelmslev (1968), especialmente no modo como distingue os planos da expressão e do conteúdo não apenas de forma dual, mas referindo-os a uma estrutura quadripartida, na qual cada um desses planos seria referido à substância e à forma; isso sem mencionar as atuais correntes de análise do discurso, entre elas as reflexões desenvolvidas, por exemplo, por Dominique Maingueneau (1989) e Norman Fairclough (1992).

Além deles, no campo da semiótica, lembremos os trabalhos de Algirdas Julien Greimas (1973) a partir da semiótica narrativa e discursiva, apontando, por meio da enunciação, a transformação das “estruturas narrativas” (realizadas por sujeitos em ação e transformação de estados) em “estruturas discursivas” (mais próximas da manifestação textual). O que essas várias acepções de discurso têm em comum é sua remissão à instância da enunciação, entendida como lugar de produção do discurso, e às condições

O conceito lacaniano de discurso como “laço social” nos parece ser o único a levar em conta o sujeito do inconsciente, ou seja, o sujeito barrado, o sujeito constituído na/pela falta, o sujeito da linguagem

desta produção. Poucos são os teóricos que não reconhecem tal associação.

É nesse ponto que tomamos o conceito de discurso a partir das contribuições de Lacan (1998) para pensar a comunicação e as mídias. O conceito lacaniano de discurso como “laço social” nos parece ser o único a levar em conta o *sujeito do inconsciente*, ou seja, o sujeito barrado, o sujeito constituído na/pela falta, o sujeito da linguagem. Tal concepção não esquece nem elide a impossibilidade, a falha, a hiância do sujeito, sujeito do desejo porque a ele, inelutavelmente, algo falta.

A partir da concepção de discurso como elo, liame, Lacan desenvolve o que denomina de “os quatro discursos”, a saber: o discurso do poder, o discurso do saber, o discurso da ciência e o discurso da análise. No giro desses discursos é que se fazem e se desfazem os sentidos articulados nas reflexões sobre a comunicação. É desse ponto que retomamos a proposta inicial: por que, afinal, interrogar as reflexões sobre a comunicação a partir do discurso?

É na permanente tentativa de desvio por parte da comunicação, aqui apontada, que gostaríamos de inscrever nossa problematização, porque há algo que julgamos não mudar no deslocamento das reflexões clássicas: o traço que se repete é a manutenção da tríade, ainda que com variações nos pólos privilegiados. Nas reflexões sobre a comunicação, há um ausente, e nesse ponto articulamos este artigo: como fruto de um esquecimento, de algo que tem sido há muito negligenciado. Ao levarmos em conta aquilo que tem sido esquecido, explicita-se uma outra concepção de sujeito: um sujeito “interpelado na linguagem”.

A linguagem, assim concebida, pode ser definida como um “campo ao qual tanto emissor

quanto receptor estarão submetidos e no qual não se pode em nenhum momento falar de um senhor da fala nos moldes em que é pensado para aquele do qual parte a iniciativa de comunicação”. Assim, emissor e receptor estão comprometidos no mesmo discurso, o discurso do Outro pelo qual eles se colocam” (Gomes, 2001: 93). Nesse trânsito de um e outro para um terceiro, chegamos ao conceito de discurso como aquele que possibilita um deslocamento nas reflexões sobre comunicação em sua passagem pela linguagem:

O discurso é o campo concreto da realidade transindividual do sujeito, o lugar da intersubjetividade, lugar através do qual se estabelecem os laços sociais (Lacan, 1966; 1975). Neste campo estão assim implicados: a fala enquanto confere às funções do indivíduo, um sentido (Lacan, 1966); fala enquanto prática, cujo funcionamento é coordenado a um sistema simbólico estabelecido, típico e significativo; fala por onde o desejo do sujeito é integrado no plano simbólico (Lacan, 1975); a ação da história, constituindo a emergência da verdade no real (Lacan, 1966) e implicando a apreensão do sujeito numa constelação de relações sociais e na insistência de um sentido (a contradição) nos cortes que o próprio discurso estabelece (Lacan, 1975) (Lacan apud Freitas, 1992: 114).

À pergunta que se coloca nesse momento – por que, afinal, a noção de discurso possibilita a rearticulação das reflexões sobre comunicação –, uma possível resposta pode ser estabelecida na tentativa de articulação entre o conceito de discurso, da forma como o abordamos, e suas relações com as mídias. Na concepção da qual partimos, formar um discurso é dar sentido àquilo que está disperso

As mídias modificam a realidade ao construí-la discursivamente, reassumindo seu sentido de mediação e deixando de ser um mero meio técnico de (re)produção de mensagens

socialmente – a realidade se constrói por meio do discurso –, e é por isso que se pode afirmar que não há realidade pré-discursiva, pois “cada realidade se funda e se define a partir de um discurso”:

A realidade é o discurso. Inclui-se aí tudo, menos um: esse menos um, aquilo que falta, é o que chamamos de real. De onde a diferença entre o real e a realidade: o real está na Linguagem como faltante e a realidade está na linguagem (e não há outro lugar) como articulação discursiva, como discurso. Mas os discursos e, portanto, as realidades que fundam e definem, não são quaisquer: são articulações (relações) determinadas, estruturam o mundo histórico-social e são por eles estruturadas. Além disso, são passíveis de transformações e têm funções (Freitas, 1997).

Trata-se de uma conceituação abrangente, que nos encaminha para o conceito de discurso enquanto “laço social”, já referido anteriormente. O que diferencia a acepção acima das demais é o fato de que nela a oposição entre *realidade* e *discurso* não se mantém, não tratando estes dois conceitos como entidades isoladas. No deslocamento proposto, a realidade é entendida enquanto *realidade discursiva*, ou seja: o discurso é a própria realidade. Ao organizar a realidade por meio do discurso, dotando-a de sentido, as mídias interferem naquilo que de “mais real” possa existir – a realidade discursiva, o limite do “real possível”, já que, ao real (como definido acima), não se poderá nunca ter acesso, pois ele sempre *falta, falha*. Organizando-a de outro modo, as mídias modificam a realidade ao construí-la discursivamente, reassumindo seu sentido de *mediação* e deixando de ser um mero meio

técnico de (re)produção de mensagens a partir de pedaços tomados dos fatos cotidianos. O discurso coloca algo que estava fora da realidade em sua organização, incluindo-o.

Dessa forma, a realidade social, nesta perspectiva das ciências da linguagem, é constituída pelo entrelaçamento de vários discursos, organizados a partir da função significante. Instaure-se como uma ordem simbólica instituída por meio da linguagem, ordem determinante, autônoma e independente, à qual o humano acede a partir do momento que se instaure como falante/falante, ou seja: substitui as coisas do mundo pelas coisas da linguagem.

Podemos conceber, assim, o advento de uma “cultura das mídias” (Santaella, 1996) que se diferenciaria, pelas características acima apontadas, da chamada “cultura de massas” presente nas reflexões clássicas sobre a comunicação. Se, agora, ousamos um passo maior, permitimo-nos afirmar, no recurso a Lacan, que “a cultura enquanto distinta da sociedade, isto não existe. (...) No final das contas, há apenas isto, o liame social. Eu o designo com o termo *discurso*, porque não há outro meio de designá-lo, uma vez que se percebeu que o liame social só se instaure por ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime, se situa sobre aquilo que formiga, isto é, o ser falante” (Lacan, 1985: 74).

Sugerimos neste artigo que a expressão “cultura das mídias” seja transposta para *discursos das mídias*, ou discursos midiáticos (verbais ou visuais). Resta, agora, esclarecer a relação entre a comunicação e as mídias ensejada. Por um lado, as mídias, localizadas no campo da práxis, não se constituem a partir de si mesmas como objetos científicos dotados de uma organização teórica específica;

Propomos refletir sobre a comunicação não a partir de seu esquema clássico, mas concebendo-a na dinâmica de suas redes midiáticas, tendo como eixo articulador desta reflexão o conceito de discurso

por outro, não há teoria que se realize a não ser a partir de uma *práxis* estabelecida, isto é, não há nenhuma prática sem sua representação, chamada teoria. Entretanto, de acordo com Alexandre Koyré, “é mister reconhecer, a teoria não conduz, pelo menos imediatamente, à prática. E a prática não engendra, pelo menos diretamente, a teoria” (Koyré, 1982: 376). Pretendemos, portanto, buscar estabelecer essa relação no campo que nos propomos estudar, “alcançar uma certa interação entre teoria e prática, a penetração desta por aquela e vice versa, a elaboração teórica na solução de problemas práticos” (Koyré, 1982: 375). Essa formulação sugere-nos que as mídias seriam o campo em que se atualiza a *práxis* comunicacional, aquele no qual se dá a intermediação suposta neste processo.

Propomos, assim, refletir sobre a comunicação não a partir de seu esquema clássico, mas concebendo-a na dinâmica de suas redes midiáticas – intermediações –, tendo como eixo articulador desta reflexão o conceito de discurso, modificado a partir do surgimento de uma outra concepção de sujeito. Tal concepção relaciona, de forma indissociável, sujeito e linguagem, por meio da assunção da função do inconsciente como determinante das relações humanas.

Se nossa inquietação surge de uma falta, desnecessário dizer que não pretendemos preenchê-la; ao tentar trazê-la para dentro das margens da comunicação, é como falta que queremos fazê-lo, mantendo seu sentido de brecha, abertura. Não pretendemos, portanto, trazer soluções mágicas ou uma fórmula definitiva para pensar a comunicação, mas nos atrevemos a interrogá-la a partir de um ausente: *a linguagem e suas implicações no sujeito*. O discurso, pensado a

partir de diferentes campos do conhecimento, torna-se um conceito-chave nesse trajeto, pois acreditamos que, por sua própria definição, deva ser o fio condutor primordial nas reflexões sobre a comunicação.

A partir das reflexões sobre comunicação e mídias, portanto, esperamos ter interrogado as relações entre linguagem e sujeito negando sua possibilidade de exclusão e apontando as conseqüências de tal impossibilidade. Nesse sentido, a psicanálise surge como uma possibilidade singular, por pensarmos ser este um dos poucos campos do saber a considerar os vestígios, sobras, ruínas; uma das poucas teorias a incorporar em sua articulação a falta como *topos* produtivo e criador. Um resto que, para a psicanálise, não pode ser jamais negligenciado, “preparado como ele é para reter tudo o que é do significante, sem por isso saber sempre o que dele fazer” (Lacan, 1998). A brecha entreaberta nos fascina por este duplo jogo: ao mesmo tempo almeja *veter o resto*, mas sem tentar transformá-lo em *não-resto* útil, produtivo. Um *a mais* que, embora considerado, deve permanecer como tal, como excesso, como falta.

É na psicanálise (em suas articulações sobre a linguagem), portanto, que vislumbramos a possibilidade de, a partir de uma falta, abrir a brecha, já que “esta soube valorizar, recolher e principalmente reciclar, transformando em matéria-prima do seu saber, aquilo que a ciência sempre jogou fora” (Frota, 2000: 17). Mas não é apenas em seu saber que encontramos tal abertura. A literatura, a pintura, a poesia, a música também sabem da falta, embora não seja preocupação das artes teorizar sobre ela; a ciência, especialmente a física em algumas de suas concepções contemporâneas,

também sabe da falta, quer seja para preenchê-la ou transbordá-la; a filosofia, em suas infindáveis elucubrações, ao mesmo tempo vislumbra a brecha e lhe desvia o olhar.

Acreditamos que, em relação às outras ciências, a psicanálise se diferencia porque pretende dar conta da falta, mas, ao mesmo tempo, fazê-la permanecer enquanto falta, valorizando-a como algo estrutural e estruturante do sujeito. A título de ilustração, lembramos que ao longo da história da lógica, por exemplo, o que se vê são sucessivas tentativas de “mascarar” a falta: “Lacan observa que Aristóteles (384-322 a.C.) criou a Topologia quando introduziu buracos no silogismo, colocando letras em vez de termos concretos” (Corrêa, 2001: 15). Mesmo apresentando êxitos relativos a cada tentativa teórica, do ponto de vista da psicanálise podemos afirmar que a cada falta suprida sempre sobra um resto (um resíduo não-simbolizável), que vai motivar o surgimento de uma outra teoria, para dar conta desse resto (disso que falta), que vai deixar um outro resto, e assim sucessivamente: “(...) Em cada lógica que se construiu sempre se descobriu uma falta, uma lacuna. Isto proporcionou a invenção de novas lógicas. Novas lógicas surgiram na vã tentativa de poder tudo dizer, sem falhas” (Corrêa, 2001: 15).

Nas articulações propostas entre linguagem e discurso, considerando a visada psicanalítica em suas relações com a concepção contemporânea de sujeito – um sujeito desde sempre fragmentado – esperamos ter alcançado espaços de ruptura e transposição no movente espaço das reflexões sobre comunicação que nos desafiam desde sempre e, mais do que nunca, se fazem prementes para pensarmos os discursos das mídias.

**Nas articulações
propostas entre
linguagem
e discurso
esperamos ter
alcançado espaços
de ruptura e
transposição
no movente
espaço das
reflexões sobre
comunicação**

Sobre a autora

Rosana de Lima Soares, doutora em Ciências da Comunicação, professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
e-mail: rolima@usp.br

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

CHOMSKY, Noam. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.

CORRÊA, Ivan. *A psicanálise e seus paradoxos*. Seminários clínicos. Salvador/Recife: Ágalma/Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2001.

CRAIG, Robert. T. "A comunicação na conversação de disciplinas". *Comunicações e Artes, ECA/USP*, n. 28, jan./abr. 1994.

DUCROT, Oswald. et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1987 [1964].

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Malden: Polity Press, 1992.

FREITAS, Jeanne Marie M. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. Material de curso. "Jornalismo, política e ideologia". Disciplina ministrada no curso de jornalismo, CJE/ECA/USP, agosto-novembro de 1997.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora. Linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 2000.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação*. São Paulo: Annablume, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1965.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. São Paulo: Forense/UnB, 1982.

LACAN, Jacques. "mais, ainda". O Seminário. *Livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. "L'angoisse". *Le Séminaire*. Livre X. Paris: Seuil, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 2a. ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.

MILNER, Jean-Claude. *L'amour de la langue*. Paris: Seuil, 1978.

PÊCHEUX, Michel. (org.). "Analyse du discours: langue et idéologies". In: *Langages*, 37, Didier, 1975.

SANTAELLA, Lucia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.

ZIZEK, Slavoj. "The truth arises from misrecognition". In: *Lacan and the subject of language*. New York: Routledge, 1991.